

31 AGO 2000

JORNAL DO BRASIL

Zenóde Zepuro Governistas na ofensiva

BRASÍLIA – Os senadores governistas fizeram o possível ontem na Subcomissão da CPI do Judiciário para desviar as investigações do Palácio do Planalto. Primeiro, empurraram para a Comissão de Fiscalização e Controle as investigações do suposto tráfico de influência do ex-secretário geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira. Com a estratégia, os aliados garantem que o trabalho da subcomissão vai se restringir ao desvio de R\$ 169,5 milhões das obras do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), evitando mais desgaste político para o governo.

Os governistas também reagiram à proposta de depoimento do ex-ministro Clóvis Carvalho. O autor do requerimento, senador Pedro Simon (PMDB-RS), quer que ele conte se o presidente Fernando Henrique Cardoso, quando assinou projeto de crédito suplementar para o TRT-SP, foi informado das irregularidades na obra. “Se convocarmos o Clóvis, temos de chamar toda a bancada de São Paulo”, decretou o líder do PSDB, senador Sérgio Machado (CE).

Coube ao senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS), a pedido do líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), liderar a reação dos aliados. Juvêncio propôs que a ex-deputada Marta Suplicy (PT-SP), que tenta se eleger prefeita de São Paulo, seja convidada a explicar por que assinou emenda destinando verbas ao TRT-SP. A líder do bloco de oposição, senadora Heloísa Helena (PT-AL), pediu a inclusão dos deputados Robson Tuma (PFL-SP) e Delfim Neto (PPB-SP), que também assinaram a emenda. “É um absurdo essa história da Marta”, gritou Heloísa Helena para o presidente da subcomissão, senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

Leque – Os senadores rejeitaram os depoimentos do secretário-executivo do Ministério da Justiça, Antônio Anastasia, do ex-presidente da Previ Jair Bilachi, do ex-presidente do Serpro Sérgio Otero, de irmãos e sócios de Eduardo Jorge. Por sugestão do relator, senador José Jorge (PFL-PE), os requerimentos serão encaminhados para a Comissão de Fiscalização e Controle, que este ano só se reuniu duas vezes. “Se abirmos o leque para investigar tudo, vamos acabar investigando o Imposto de Renda do Wanderley Luxemburgo”, argumentou Renan.

A oposição, que apresentou os requerimentos, protestou contra a decisão. “É a operação abafa do governo”, afirmou a senadora petista. Segundo Heloísa Helena, esses depoimentos, se forem aprovados na comissão, só ocorrerão no fim do ano. O presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, senador Romero Jucá (PSDB-RO), disse que marcará reunião para o dia 12, mas não fixou data para os depoimentos.

Ontem, na Subcomissão do Judiciário, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) fez propaganda de sua gestão na relatoria da Comissão Mista de Orçamento em 1996. “Eu inovei abrindo uma página na internet para o Orçamento e descentralizei as discussões”, gabou-se. A deputada Yeda Crusius (PSDB-RS), em campanha para a Prefeitura de Porto Alegre, chegou a dar aulas de orçamento. “Estão usando o termo inadequado. Deputados não liberam recursos”, disse, em tom solene.